

O ESPAÇO DA “CASA” COMO POSSIBILIDADES DE CONSTRUÇÃO E RECONSTRUÇÃO DAS RELAÇÕES DE GÊNERO

Ana Célia de Sousa Santos (UESPI)¹

RESUMO

Este artigo é resultado de pesquisa realizada durante o Mestrado em Educação/UFPI e tem como objetivo apresentar discussões a cerca da (re)construção das relações de gênero a partir do espaço da “casa”. Nesse sentido, a casa não se refere somente a espaços geográficos ou coisas físicas, mas designa entidades morais, esferas de ação social, dotadas de ética e de domínios culturais institucionalizados, capazes de despertar emoções, ações e reações. É nesse espaço que as relações entre homens e mulheres se constroem. Meninas e meninos vão se tornando adultos/as e definem seus modos de ser. Para tanto, utilizamos a pesquisa de natureza qualitativa com a especificidade de pesquisa-ação que permitiu contato direto com as integrantes da Associação de Produção “Mulheres Perseverantes”. Como fundamentação teórica, recorreremos a Da Mata (1991), Oliveira (2007), Maturana (2004), Certeau, Giard e Mayol (1996) dentre outros. Percebemos, nesse estudo, a complexidade dos processos educativos desenvolvidos a partir do espaço local. No entanto, a casa é um dos espaços privilegiado para a formação das identidades de gênero. Nesse ambiente novas culturas podem ser estabelecidas a partir da (re)construção dos modos de relacionarem-se mulheres e homens. Isto pode ocorrer nas formas de educação que cada família incorpora para educar filhos/as e pelo modo como os casais vão consolidando suas próprias relações.

Palavras chave: Educação. Gênero. Casa.

Ao nascerem, os indivíduos machos e fêmeas mantêm relações que os definem primeiramente como homens e mulheres. Depois os classificam como pertencentes a uma classe social, a um grupo étnico/racial, a uma sociedade que possui história e cultura.

Nessa interrelação social, histórica e cultural o homem e a mulher constroem sua subjetividade, mediados pela linguagem, pelas ações que desenvolvem através da atividade, das emoções e nas relações com os/as outros/as e com o mundo. Esses processos se dão individual e coletivamente num espaço de vivência e convivência, como assegura Silva (2002, p. 147):

Homem-mulher-natureza são sujeitos de um universo cultural em que as relações que estabelecem uns-com-os-outros compõem um universo semântico no qual a leitura e a problematização do mundo

¹ Pedagoga, Mestra em Educação e Professora Assistente da UESPI (Universidade Estadual do Piauí). E-mail: aceliasantos@gmail.com

são específicas da vida comum, tornam-se questões comunitárias nas quais a cultura local é a maior, senão única, referência de amparo para a sustentabilidade na vida no espaço em que estes estão inscritos.

Com base nesse pensamento entendemos que a nossa cultura² introjeta modos de vida que conservam e preservam a espécie humana, seja através dos hábitos, comportamentos, seja pela manutenção das formas de moradia. Nesse sentido, os indivíduos necessitam de um lar, de uma casa, de uma habitação que lhe dê segurança, aconchego, comodidade para se deslocar para o trabalho e para a escola, assim como para manter-se enquanto homens e mulheres. De alguma forma é preciso morar. O espaço da moradia – a casa – é na perspectiva de Certeau, Giard e Mayol (1996, p. 203-204) o território,

[...] onde se desdobram e se repetem dia a dia os gestos elementares das “artes de fazer” é antes de tudo o espaço doméstico, a casa da gente. [...] Neste lugar próprio flutua como que um perfume secreto, que fala do tempo perdido, do tempo que jamais voltará, que fala também de um outro tempo que ainda virá, um dia, quem sabe.

No campo e na cidade morar é uma necessidade assim, como vestir, se alimentar. Não é possível viver sem ocupar um espaço. É no espaço da casa que nos abrigamos e, às vezes, produzimos nosso próprio trabalho para a subsistência. A casa na visão de Da Mata (1991) diz respeito “a uma área especial que abriga iguais, na qual existem pessoas que se relacionam entre si por meio de laços de sangue, idade, sexo, vínculo de hospitalidade e simpatia, que permitem fazer da casa uma metáfora da própria sociedade brasileira”. Segundo este ponto de vista da palavra *casa* vem as palavras *casamento*, *casadouro* e *casal* denotando atos e situações relacionais, plenamente coerente com a idéia de morada e residência. Nas palavras de Da Mata (1991, p. 60),

[...] ser posto para fora de casa ou sair de casa pode especificar rupturas violentas, pois se somos expulsos de nossas casas, ficamos privados de um tipo de espaço que nos concede intimidade e hospitalidade perpétuas. Esses “direitos” que marcam o que chamamos de “amor”, “carinho” e “consideração”. Do mesmo modo, estar em casa ou sentir-se em casa fala de situações que indicam relações harmoniosas, em que as disputas devem ser evitadas [...].

² Entendida como aquilo que diz respeito ao domínio material dos povos e grupos sociais e ao domínio simbólico, produtora de sentidos e de saberes como práticas cotidianas, organizadas e vividas e que agem sobre a vida e sobre os modos de viver, de se tornar o que se é (BERNARDO; GUARESCHI, 2004).

No entanto, a casa não se refere somente a espaços geográficos ou coisas físicas, mas designa entidades morais, esferas de ação social, dotadas de ética e de domínios culturais institucionalizados, capazes de despertar emoções, ações e reações (DAMATA, 1991). Desse modo, é nesse espaço que as relações entre homens e mulheres se constroem. Meninas e meninos vão se tornando adultos/as e definem seus modos de ser (pensar, sentir, agir). Esse lugar é, também, o ambiente no qual as mulheres são vítimas de seus próprios maridos/companheiros. É, portanto, o lugar de manifestação das várias formas de violência contra as mulheres.

Nessa perspectiva, durante os estudos realizados, no Mestrado em Educação/UFPI, com 15 mulheres da Associação de Produção “Mulheres Perseverantes” e seus respectivos maridos sobre como retratavam suas famílias e a relação entre eles e elas observamos que a casa aparecia na maioria dos seus desenhos, como podemos constatar abaixo:



Figura 01: Ilustração do HP06
Fonte: Grupo focal realizado com os homens



Figura 02: Ilustração da MP05
Fonte: Grupo focal realizado com as Mulheres

Estas representações (Figura 01 e 02) expressam o espaço da casa, de acordo com o estudo, como o lugar de encontro da família, de enfrentamento conjunto dos problemas, das angústias, do aconchego com os filhos e filhas. Nesta perspectiva, Oliveira (2007, p. 70) afirma que:

A casa é um elemento constituinte da identidade e referência para a cidadania. Também pode significar: refúgio, conforto, acolhimento, muito trabalho, prazer e desprazer, insegurança, aprendizagens, silêncio e construção de sonhos e de mudanças. Todavia, o espaço da casa, tradicionalmente configurado por uma família patriarcal, é onde

se perpetuam também as relações de subordinação e poder, através da reprodução dos papéis de gênero fundamentada numa educação sexista, onde as meninas normalmente seguem o modelo da mãe e os meninos o modelo do pai.

Assim, a casa passa a ter um importante sentido no estabelecimento das relações de encontro e resguardo da família possibilitando às mulheres e homens uma apropriação de diferentes modos de organização social. Ao se referir ao sentido que damos às coisas, Kosik (1976, p. 23) reflete que:

[...] o conhecimento representa um modo de apropriação do mundo pelo homem; além disso, os dois elementos constitutivos de cada modo humano de apropriação do mundo são o sentido subjetivo e o sentido objetivo. [...] O processo de captação e descobrimento do sentido da coisa é ao mesmo tempo criação, [...] do correspondente sentido, graças ao qual ele pode compreender o sentido da coisa. É possível, portanto, compreender o sentido objetivo da coisa se o homem cria para si mesmo um sentido correspondente. Estes mesmos sentidos, por meio dos quais o homem descobre a realidade e o sentido dela, coisa, são um produto histórico-social.

A casa, além ter um valor simbólico e econômico, passa a ter um significado subjetivo a partir do momento que aglutina as pessoas em torno de uma família, de um grupo de amigos, do trabalho, do estudo, do lazer, enfim, do encontro, onde de acordo com Kosik (1976, p 24),

[...] A casa diante da qual me encontro, não a percebo como um conjunto de formas geométricas, de qualidades físicas do material de construção, de meras relações quantitativas; dela tomo consciência antes de tudo como habitação humana e como harmonia.

Todavia, a casa é também onde construímos as raízes das nossas auto defesas e nos preparamos para a vida em comunidade, como afirma Silva (2002, p. 98),

A vida doméstica constitui a microfísica afetual da vida comunitária. Suas arquiteturas misturam-se com a ecologia local, seus costumes tecem vínculos entre os sujeitos e o ambiente, suas rotinas constituem as teias do social, seus rituais promovem a fluidez dos sujeitos impregnando com suas presenças os seus entornos. Os subterrâneos da vida doméstica são atravessados pelas paixões do viver-com, que envolve e resolve conflitos quando um-e-outro na familiaridade e no convívio constituem a organicidade do social.

No entanto, possuir uma casa em perfeitas condições que permita um bem estar é privilégios de alguns. Em nossa sociedade a maioria da população – os/as das classes

populares, os/as assalariados/as, os/as sem empregos – vive em péssimas condições de moradia e em muitos casos as relações entre homens e mulheres são desestruturadas, agravando ainda mais a situação relacional desses grupos.

No Parque Eliane, espaço de realização desta pesquisa, as casas eram predominantemente de taipa-telha (83,3%), com piso de chão batido. Com a implantação de programas habitacionais, as casas são construídas de tijolos e telhas, permitindo uma qualidade melhor de vida às famílias.

Apesar dessas circunstâncias os/as moradores/as se orgulham do ambiente que tem, haja vista, que participaram de sua construção desta sua ocupação e ali estabeleceram relações e instituíram grupos que legitimam suas lutas. A MP11 afirma que se orgulha de morar no Parque Elaine:

E nós do Parque Eliane nós tamos sendo vista longe. Sabe porquer? Porque aí tem Vila que tá com dez anos, com doze e não tem nada. Eu me sinto orgulhosa, sou cheia de orgulho por morar no Parque Eliane. Pra mim é o lugar que eu amo (Diário de um percurso - 09/01/2008).

No Brasil, como na maioria dos países capitalistas, a terra urbana e as edificações integram as mercadorias do modo de produção capitalista. Nesse caso, tanto a terra como a casa passam a ter um valor estipulado pelo mercado, pelo estatuto jurídico da propriedade da terra e pela capacidade de pagar dos seus compradores/as. Há, também, uma produção da casa e da cidade que não está vinculada ao circuito imobiliário oficial: são as favelas, vilas e as ocupações de terras produzidas pela incapacidade de pagamento que a população assalariada e sem emprego possui (RODRIGUES, 1991).

A moradia sempre funcionou como a referência central da família e está provada a influência das condições de moradia nas condições de saúde física e mental, ao proporcionar privacidade para o cumprimento das funções biológicas, oferecer infraestrutura e recursos para a higiene pessoal, doméstica e saneamento e favorecer a convalescença de enfermos. Além disso, cada vez mais, a moradia tem funcionado também como ponto central de desenvolvimento econômico, agregando novos processos ou resgatando práticas antigas de gestão da e na moradia, com iniciativas peculiares ao trabalho formal e informal.

Atualmente, observamos com frequência crescente a “moradia/oficina”, “moradia/comércio”, “moradia/serviço de saúde”, “moradia/creche” e “moradia/confecção”, entre outros modelos de produção no âmbito doméstico,

transformando a residência em ambiente de trabalho, mantendo na maioria das vezes as famílias unidas. Às funções gerenciais da moradia tradicionalmente exercidas pela mulher, somam-se às do mundo do trabalho. Neste contexto, as relações de gênero têm um elo cada vez mais forte com as questões de cidadania, trabalho e com as políticas urbanas, no sentido de promover a inclusão social, a redução das desigualdades entre mulheres e homens no território, contribuindo para o processo de organização e emancipação das mulheres (BRASIL, 2008).

De acordo com esses aspectos, podemos afirmar que as mulheres, em suas variadas formas de organização, vêm demonstrando que possuem grande poder de mobilização e articulação que concretizam novas formas de relações, partindo do espaço local, o que contraria aquilo que a história da humanidade e das mulheres sempre demonstrou.

As mulheres representam 51,2% da população brasileira, sendo 46% pretas e pardas. São aproximadamente 89 milhões, das quais, 85,4% vivem em áreas urbanas (IBGE, 2004). No que se refere à chefia da família, os dados demonstram que houve grandes mudanças nos últimos 10 anos. A chefia feminina no período aumentou cerca de 35%, passando de 22,9% em 1995 para 30,6% em 2005. Por outro lado, o número de mulheres chefe de família aumentou de 2,1 pontos percentuais na faixa etária de 40 a 49 anos enquanto houve uma redução de 2,3 pontos percentuais entre as mulheres idosas. No entanto, cabe ressaltar que a chefia feminina é mais expressiva entre as mulheres idosas (27,5%). Este resultado é reflexo da maior expectativa de vida das mulheres. (IBGE/2006).

É, então, com um olhar nessa realidade que as mulheres passam a compreender que a luta por direitos e pela visibilidade de suas ações não deve ser encampada somente por elas. Faz-se necessário envolver a sociedade e, principalmente, os homens.

Desse modo, as mulheres estabelecem outra lógica para a discussão do território, do local como espaço de transformação das relações de gênero, entendendo, aqui território como o espaço simbólico e cultural de redes de relações, onde se reivindica o acesso, o controle e o uso desse espaço. Nesta perspectiva afirmam Bonnemaïson e Cambrèzy (apud HAESBAERT, 1994, p. 49):

[...] o pertencimento ao território implica a representação da identidade cultural e não mais a posição num polígono: Ela supõe redes múltiplas, refere-se a geossímbolos mais que a fronteira,

inscreve-se nos lugares e caminhos que ultrapassam os blocos de espaços homogêneo e contínuo da “ideologia geográfica”.

Nesse sentido, é no espaço do bairro e da casa que, de acordo com Certeau, Giard e Mayol (1996, p. 56), “circulam e, por conseguinte, se encontram e se reconhecem meninos e meninas, rapazes e moças, homens e mulheres”. Para os autores, este reconhecimento ocorre de acordo com um contrato estabelecido a partir das conveniências sociais que regulam comportamentos de mulheres e homens. Reafirmando este pensamento, Certeau, Giard e Mayol (1996, p. 55) reforçam que a conveniência é:

[...] a via régia para esse benefício simbólico, para a aquisição desse excedente cujo domínio manifesta a plena inserção no ambiente social. Ela fornece o léxico do consentimento, e organiza a partir de dentro a vida política da rua. O sistema da comunicação no bairro é fortemente controlado pelas conveniências. O usuário, ser imediatamente social apanhado pela rede relacional pública, que ele não controla totalmente, é intimado por sinais que lhe intimam a ordem secreta de comportar-se conforme as exigências da conveniência. Esta ocupa o lugar da lei, lei enunciada diretamente pelo coletivo social que é o bairro, do qual nenhum dos usuários é depositário absoluto, mas aos quais todos os usuários são convidados a submeter-se para possibilitar, simplesmente, a vida cotidiana.

Nesse caso, o bairro e a casa tornam-se um elemento importante para a configuração das identidades de gênero, tendo em vista que é na casa e no bairro onde os sujeitos mantêm relações com os/as outros/as como ser social. Sair de casa, andar pela rua, é efetuar um ato cultural, sendo sempre uma relação entre uma pessoa e o mundo físico e social. O bairro se inscreve na história do/a sujeito como a marca de uma pertença indelével, na medida em que é a configuração primeira do arquétipo de todo processo de apropriação do espaço como lugar da vida cotidiana (CERTEAU; GIARD; MAYOL, 1996).

Pensando assim, é no espaço da casa, no território que as mulheres passam a construir novas relações com os homens, com o espaço físico e consigo mesmas, pois, passam a estabelecer redes de relações que possibilitam a (re)construção e a desconstrução das relações de gênero instituídas. E, nesse emaranhado de relações novas/os sujeitas/os vão surgindo no processo de dialogicidade que permite o questionamento da atual situação de empobrecimento e exclusão social, propondo alternativas de sobrevivência. Sobre isto Haesbaert (2006, p. 65-66) afirma que:

[...] a precarização (“para alguns “exclusão”) social que lança de forma crescente milhões de pessoas na miséria faz com que eles revalorizem seus vínculos básicos como o “território”, mesmo no sentido mais elementar – como “terra”, “terreno”, como base primeira de reprodução social, como abrigo fonte de sobrevivência. Mas do mesmo modo como o ser humano, mesmo na condição econômica mais precária, não se reduz a um indivíduo biológico, podendo se tornar alvo fácil dos identitarismos mais radicais, o território também envolve sempre, em diferentes níveis, uma dimensão simbólica identitária.

Nesse sentido, o reconhecimento de si mesma/o, da/o outra/o e da realidade na qual se está inserida/o desperta o desejo de mudança, de transformação, provocando um novo sentido do “estar no mundo”. No entanto, os processos desenvolvidos, a partir dos ambientes locais, por si só, de acordo com a concepção de Castells (1996, p. 73):

[...] não induzem a um padrão específico de comportamento ou, ainda, justamente por isso, a uma identidade distintiva. [...] as pessoas resistem ao processo de individualização e atomização, tendendo a agrupar-se em organizações comunitárias que, ao longo do tempo, geram um sentimento de pertença e, em última análise, em muitos casos, uma identidade cultural comunitária. [...] para que isso aconteça se torna necessário um processo de mobilização social, [...] as pessoas precisam participar de movimentos urbanos pelos quais são definidos e defendidos interesses comuns, a vida é, de algum modo, compartilhada e um novo significado pode ser produzido.

De acordo, com Andrade (1994, p. 214) “a formação de um território dá às pessoas que nele habitam a consciência de sua participação, provocando o sentimento da territorialidade que, de forma subjetiva, cria uma consciência de confraternização entre as mesmas”.

Na perspectiva cultural, o retorno ao “local” representa a valorização da diversidade cultural, da recomposição e afirmação de identidades e territórios, como propõe Zaoual (2003, p. 95):

[...] com o conceito de *sítio simbólico de pertencimento*: um espaço de crenças e práticas ajustado às circunstâncias locais. Sua transversalidade articula a cultura dos atores da situação, com a sociedade e o meio ambiente. Contrariamente à exclusiva visão de mercado que subtrai o homem do seu ambiente social, o sítio o inclui e o vincula a suas raízes, dando sentido aos seus comportamentos.

Neste contexto se insere o Parque Eliane, através da Associação de Produção “Mulheres Perseverantes”. Desse modo, os conflitos gerados em torno do acesso à

moradia e os problemas decorrentes das ocupações de terrenos vazios são conseqüências intrínsecas ao crescimento das grandes cidades. A Comunidade é localizada na zona sul de Teresina, capital do Piauí, à esquerda da rodovia PI – 130, que liga Teresina ao município de Palmeirais. A sua origem é resultado de uma ocupação. Os ocupantes são provenientes de outros bairros como Angelim, Promorar, Comunidade Salobro, Nazária, Cerâmica Cil e de cidades do interior do Piauí e Maranhão.

Nesse sentido, a experiência da Associação de Produção “Mulheres Perseverantes” demonstrou nitidamente, no processo de acompanhamento e envolvimento proporcionados por esta pesquisa, a complexidade desse processo. O grupo, inicialmente, era formado por 12 mulheres em busca de uma renda e produziam “panos de prato”, com apoio da Fundação “Viver com Dignidade”. Posteriormente, organizaram-se em uma Associação de Produção, agora, com cerca de 20 mulheres. Como não tinham onde deixar as crianças para realizarem seus trabalhos criaram a Casa de “Artes e Culturas” – espaço de oficinas para as crianças. Logo depois, preocupadas em crescerem juntas de seus maridos/companheiros, que são na maioria desempregados, sugeriram que fossem realizadas, com eles, outras atividades na perspectiva de geração de renda, assim como na tentativa da inclusão deles na discussão de gênero. Percebemos, assim, uma rede de relações sendo estabelecida a partir do espaço privado – a família. Compartilhando com esse pensamento, Silva (2002, p. 98) coloca que:

A família, nas suas pequenas diversidades, nas diferenças e nas complementaridades entre os seus membros, produz o sêmen da vida em comunidade. É nesse lugar que o valor de vínculo constitui o ethos da vida comum, é também nesse lugar que as experiências do viver o mundo criam múltiplas possibilidades de ensino-aprendizagem, no encontro e na troca que se fazem no estar junto. O indivíduo, no interior das relações familiares constitui-se como uma unidade ecológica fundamental que amplia, na reiteração dos laços de uns com os outros, a multiplicação de ecossistemas sócio-educativos.

Indo além do espaço da família, estas relações envolvem os/as vizinhos/as, as/as amigas/os, os/as parentes residentes no bairro e nessa interrelação as identidades de mulheres e homens vão se construindo. A senhora MP04 afirma essa constatação,

Eu entrei no grupo através da minha amiga [...]. Ela já tava no grupo a uns dois meses. Ai sempre ela me convidava [...] vamos, e eu [...] não vou agora não. [...] vamos aí eu comecei a ir, é eu tava passando por um momento muito difícil na minha vida e aí a [...] vamos, ao invés de tu ficar em casa pensando besteira, triste tu pode até ficar assim.... vamos lá pro grupo, lá tu vai fazer crochê, porque eu não sabia. Aí eu dizia: Ah! [...],

deixa desse negócio, fica só me chamando (rs,rs,rs). Aí eu terminei indo para o grupo e até hoje eu estou nele [...]. (Diário de um percurso - 29/10/2007).

Essas novas experiências representam iniciativas emancipatórias que vão desde as mais simples às mais complexas formas de manifestação, protagonizadas por atores e atrizes sociais. Essas manifestações coletivas que envolvem experiências de trabalho, de produção e de construção de novos comportamentos e atitudes vêm se disseminando nos espaços rurais e urbanos, através da organização das mulheres em cooperativas de produção e consumo, das associações de produtores/as e empresas de autogestão. Essas experiências partem de uma atitude crítica frente ao sistema hegemônico e têm como princípios e valores a solidariedade e a democracia. Para Bertucci e Silva (2003, p. 19) essas formas de organização são:

[...] uma nova forma de organizar a produção, a distribuição e o consumo dos bens socialmente produzidos, o que significa redesenhar e exercitar, na prática das experiências alternativas, um outro projeto de sociedade que rompa com a lógica da competição monopolizadora excludente.

Nessa perspectiva, o espaço da casa se insere como um dos espaços privilegiado para a formação das identidades de gênero, sejam elas em péssimas condições ou não. Dessa forma, nesse ambiente novas culturas podem ser estabelecidas a partir da (re)construção dos modos de relacionarem-se mulheres e homens. Isto pode ocorrer nas formas de educação que cada família incorpora para educar filhos/as e pelo modo como os casais vão consolidando suas próprias relações.

Entendemos, portanto, que, para mudarmos qualquer situação de subordinação e exclusão existente em nossa sociedade, principalmente às mulheres, é imprescindível que nossas emoções e não só a razão determine o que fazemos ou deixamos de fazer. Nesse caso, podemos afirmar que precisamos modificar a nossa forma de ver e estar no mundo para assim modificar as relações entre mulheres e homens. Nesta perspectiva, Maturana (2004, p. 33) afirma que:

[...] o fluxo do emocionar muda com o fluir das coordenações de ações. Portanto, ao mudar o significado das palavras modifica-se o fluxo do emocionar e nesse caso a cultura passa a exercer um papel de construção desse novo emocionar, pois, ao surgir uma comunidade humana começa-se a conservar umas redes de conversações como a maneira de viver dessa comunidade, desaparecendo ou mudando quando tal rede de conversações deixa de ser preservada.

Assim, ao introduzir a cultura patriarcal, que é um pensamento linear e que ocorre num contexto de apropriação e controle, construímos conversações que refletem sentimentos de guerra, luta, negação mútua na competição, exclusão, autoridade e obediência e poder, o bom e o mau, tolerância e intolerância. Maturana (2004) propõe a construção de novas relações de gênero a partir de uma postura baseada na cultura matrística. Nesse pensamento, as relações ocorreriam num contexto de amor, compartilhamento, solidariedade e com a consciência da interligação de toda a existência, desenvolvendo sentimentos de participação, inclusão, colaboração, compreensão, acordo, respeito e co-inspiração.

Considerações Finais

De acordo com esse estudo, podemos afirmar que as mulheres vêm demonstrando empoderamento e grande poder de sensibilização, mobilização e articulação que concretizam novas formas de relações, partindo do espaço local.

Nesse sentido, as aprendizagens construídas ao longo dessa pesquisa demonstram que, diante dos conflitos, das contradições e das possibilidades que se apresentam em cada situação e momento, as mulheres envolvidas nesse processo se fortalecem na esperança de um dia mudar de vida, pois, as condições de habitabilidade, de segurança alimentar, de saúde, de lazer, de transporte não são favoráveis, uma vez que a ausência de políticas públicas é muito restrita. No entanto, o desejo de ver seus filhos/as estudando na própria comunidade, seus maridos/companheiros trabalhando, a Associação crescendo e o Parque melhorando é o que faz essas mulheres se envolverem e continuarem na luta.

Referências

ANDRADE, Manuel Correia de. Territorialidades, desterritorialidades, novas territorialidades: os limites do poder nacional e do poder local. In: SANTOS, M. et. al. **Território: globalização e fragmentação**. São Paulo: HUCITEC/ANPUR, 1994.

BERNADES, Anita Guazelli; GUARESCHI, Neuza Maria de Fátima. A cultura como constituinte do sujeito e do conhecimento. In: STREY, Marlene; NEVES, CABEDA; Sônia T. Lisboa, PREHN, Denise R. (Orgs.) **Gênero e cultura: questões contemporânea**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

BERTUCCI, Ademar de Andrade; SILVA, Roberto Marinho Alves (Orgs.). **Vinte Anos de Economia Popular Solidária: trajetória da Cáritas Brasileira dos PACs à EPS.** Brasília/DF: Cáritas Brasileira, 2003.

BRASIL. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres.** Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2008.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade.** Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1997.

CERTEAU, Michel de; GIARD, Luci; MAYOL, Pierre. **A invenção do cotidiano.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

DA MATA, Roberto. **A casa e a rua.** Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1991.

HAESBAERT, Rogério. Concepção de território para entender a desterritorialização. In: SANTOS, M. et. al. **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial.** São Paulo: HUCITEC/ANPUR, 1994.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílio: Síntese de indicadores 2003.** Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2004.

_____. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: Síntese de Indicadores 2006.** Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2006.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto.** Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.

MATURANA, Humberto R. Conversações Matrística. In: MATURANA, Humberto R.; VERDEN-ZOLLER, Gerda. **Amar e Brincar: fundamentos esquecidos do humano do patriarcado à democracia.** São Paulo: Palas Athena, 2004.

OLIVEIRA, Maria Lúcia Lopes de. **Transformações das Desigualdades de Gênero? Narrativas da vida cotidiana e empoderamento de mulheres de Assentamentos do Cariri Paraibano.** 2007. 169f. Dissertação (Mestrado em Educação) UFPB, João Pessoa, 2007.

RODRIGUES, Arlete Moysés. **Moradia nas cidades brasileiras.** São Paulo: contexto, 1991.

SANTOS, Ana Célia de Sousa. **Relações de gênero e empoderamento de mulheres: a experiência da Associação de Produção “Mulheres Perseverantes”.** 2008. 165f. Dissertação (Mestrado em Educação) UFPI, Teresina/PI, 2008.